



**CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARLY DE SOUZA SIZERNANDO

**A UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL E SALA REGULAR
NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA INCLUSIVA: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO
DE POCINHOS-PB.**

**Campina Grande-PB
2015**

MARLY DE SOUZA SIZERNANDO

**A UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL E SALA REGULAR
NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA INCLUSIVA: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO
DE POCINHOS-PB.**

**Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentação como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia, pelo curso de Pedagogia
da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB-
Campus I- Campina Grande- PB, sob a
Orientação do Prof. Dr. Eduardo Gomes
Onofre.**

**Campina Grande-PB
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S625u Sizernando, Marly de Souza

A utilização da sala de recurso multifuncional e sala regular na perspectiva da política inclusiva [manuscrito] : uma análise no município de Pocinhos-PB / Marly de Souza Sizernando. - 2015. 26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Departamento de Educação".

1. Educação Inclusiva 2. Sala Multifuncional - Recurso Didático 3. Políticas Educacionais I. Título.

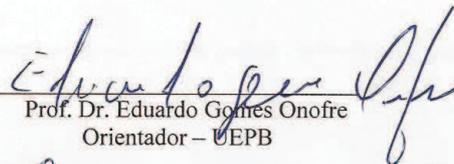
21. ed. CDD 370.115

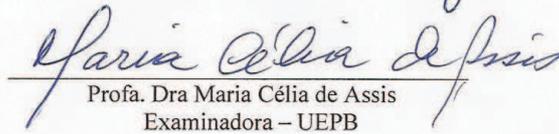
MARLY DE SOUZA SIZERNANDO

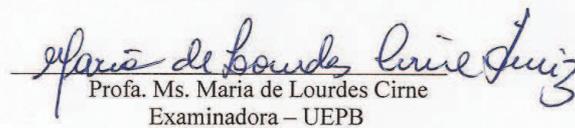
A UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL E SALA REGULAR
NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA INCLUSIVA: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO
DE POCINHOS-PB.

Aprovado em 03/19/2015

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre
Orientador – UEPB


Profa. Dra Maria Célia de Assis
Examinadora – UEPB


Profa. Ms. Maria de Lourdes Cirne Juiz
Examinadora – UEPB

Campina Grande – PB
2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Especialmente a Deus, em primeiro lugar, que iluminou minha caminhada e me deu força e coragem para superar os obstáculos.

À minha mãe e minhas irmãs, por enfrentar junto comigo os obstáculos da vida acadêmica, que com seu cuidado e dedicação, me deu esperança e suporte para seguir.

Aos meus filhos, que tiveram paciência e colaboraram para o término do curso e, sobretudo, pela força transmitida, para que eu não desistisse e continuasse a caminhada.

E, a todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste trabalho e para o meu sucesso acadêmico.

RESUMO

O presente trabalho apresenta um olhar diferenciado para as Políticas Educacionais, mais especificamente, sobre como estas tratam a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Esses discentes precisam ser enquadrados na inclusão, ter acesso a mesma educação e aos mesmos direitos que as crianças atípicas. Nesse sentido, seja qual for a necessidade do aluno, ele tem direito a receber os mesmos conhecimentos e, com isso, adquirir aprendizado, sendo este realizado de acordo com as limitações de cada discente. Nessa perspectiva, o trabalho em questão tem como objetivo central: **investigar a utilização da sala de recurso multifuncional e a sala regular na perspectiva de uma política inclusiva, bem como o perfil do docente que está inserido na sala multifuncional e o seu compromisso com uma educação diferenciada e individualizada.** Para tanto, foi realizada uma observação de campo em uma sala multifuncional, buscando refletir acerca da metodologia e dos objetivos de aprendizagens utilizadas no Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de detectar as dificuldades encontradas pelos professores e observar os avanços na inclusão escolar. Os resultados indicaram que o trabalho realizado na sala de recurso multifuncional é feito de modo satisfatório, tendo em vista que os professores que ali atuam procuram desenvolver a autonomia e o aprendizado dos alunos especiais. Entretanto, no que diz respeito à sala regular, não podemos afirmar o mesmo, tendo em vista que não há professores preparados para receber esses alunos e realizarem a inclusão dos especiais com os atípicos. Concluímos que, a partir dessa realidade, as escolas precisam mudar esse quadro, uma vez que as leis afirmam que os alunos especiais devem ser inclusos como os demais, na escola e na sociedade como um todo, além disso, igualmente, participem da construção de conhecimentos, sendo esta feita de forma que considere suas particularidades.

Palavras-chave: Sala Multifuncional. Políticas Educacionais. Inclusão escolar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL E A SALA REGULAR: NA VISÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	10
2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR	12
3 DADOS COLETADOS NO CAMPO DA PESQUISA	16
4 VIVÊNCIAS NA SALA MULTIFUNCIONAL E SALA REGULAR.....	19
4.1 Aspectos e dados de identificação da sala de recurso multifuncional	19
4.2 Vivências na sala de recurso multifuncional e na sala regular: relação entre as políticas educacionais sobre inclusão e a realidade observada	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
ABSTRACT	24
REFERÊNCIAS.....	26
ANEXOS	27

INTRODUÇÃO

Produzir artigos científicos é de suma importância para nossas instituições públicas, em especial, para nós, estudantes da graduação, uma vez que os temas pesquisados e aprofundados possibilitam a comunidade acadêmica, conhecimentos da abrangência de temas investigados, para que, assim, possam ser estimulados a estudar sobre o mesmo assunto ou (re)pensar sobre outras áreas.

Nesse sentido, as universidades devem estimular a produção de trabalhos acadêmicos como esses, visto que abre possibilidades para o diálogo entre os interessados nas áreas, além de instigar os alunos a seguirem carreira acadêmica.

Com o presente trabalho pretendemos investigar a utilização da sala de recurso multifuncional e a sala regular na perspectiva de uma política inclusiva, bem como o perfil do docente que está inserido na sala multifuncional e o seu compromisso com uma educação diferenciada e individualizada, na cidade de Pocinhos-PB. Ademais, pretendemos, ainda, identificar as dificuldades que os professores encontram face ao processo de inclusão na sala regular da referida cidade; averiguar os avanços no campo da educação inclusiva na cidade em questão e, detectar as práticas pedagógicas que favorecem a aprendizagem para os alunos atendidos na sala de recursos multifuncionais.

Obtendo o intuito de atender aos objetivos propostos, o referido artigo foi realizado através da pesquisa qualitativa, que proporcionou uma interpretação dos dados coletados, permitindo uma relação entre a temática abordada e a realidade. Além disso, fizemos uso da observação, analisando todo o campo de pesquisa e adotando um olhar investigativo para a área estudada. Seguindo o método da observação direta, o pesquisador chegará mais próximo da perspectiva dos sujeitos em análise, o que torna-se uma relevante abordagem do modelo qualitativo. (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

As informações são lidas e refletidas de forma clara, com o propósito de relacionar o que as políticas de inclusão afirmam e o que, de fato, acontece na prática.

Para tanto, estruturamos o trabalho em tópicos. Além da introdução, o trabalho possui um tópico que trata sobre a utilização da sala de recursos multifuncionais e sala regular, na visão de uma educação inclusiva, no município de Pocinhos-PB. Logo após, comentaremos sobre as políticas educacionais na perspectiva a educação inclusiva. Além de que, trazemos relatos e discussões dos dados coletados no campo da pesquisa. No tópico seguinte, refletimos sobre as minhas vivências na sala de recurso multifuncional, descrevendo os aspectos e dados de identificação da sala de recurso multifuncional, bem como, a relação

entre as políticas educacionais sobre inclusão e a realidade observada. Por fim, as nossas considerações finais.

1 A UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL E A SALA REGULAR: NA VISÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nos dias de hoje, muito se fala sobre educação inclusiva, na sociedade como um todo, mais especificamente, os profissionais da educação, devem agir para que, de fato, haja inclusão. Desse modo, nossos líderes elaboraram propostas e medidas para que o indivíduo que apresente necessidades especiais possa sentir-se inserido no mundo em que vivemos, ou seja, incluído e pertencente à sociedade.

Nessa perspectiva, a escola assume um papel preponderante, visto que a partir da mesma que as crianças especiais aprendem e interagem com os demais sujeitos, sempre aprendendo e adentrando na sociedade em que vivemos. Como afirma Corde(1994, p. 11)

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos.

Nesse sentido, o papel fundamental da escola diante o processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, não é apenas desenvolver habilidades essenciais para torná-los independentes, mas também permitir que sejam inclusos dentro da sociedade com respeito e portando seus direitos.

Então, foi a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, que a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais foi concretizada, sendo eles incluídos em classes regulares, surgindo, assim, o início de uma democratização de oportunidades educacionais. Diante disso, com o intuito de que o direito de aprender seja expandido por toda a sociedade, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB N° 2/2001, afirma que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL,2001, p. A)

Entretanto, sabemos que mesmo que as leis afirmem que todos os alunos com necessidades especiais tenham direito à educação, na prática, isso nem sempre ocorre. Muitas

vezes isso acontece pelo fato das escolas não estarem preparadas para atender pedagogicamente esse aluno, tendo em vista a falta de qualificação dos profissionais da educação ou a estrutura escolar. Além de que, esse debate sobre a inclusão é algo considerado novo para alguns, apesar de ser imposto pelas leis há anos atrás. Nesse sentido, muitos não sabem lidar com o “diferente” e, por isso, guiam as atividades de forma insatisfatória.

Com relação à formação do professor, Almeida (2002, p.85) aponta que:

A formação do professor não é independente do que significa conhecer. Deveríamos fundar os processos para a formação de um professor a partir do aprofundamento científico do que é conhecimento, de como ele se constrói. Aí, sim, teremos um modelo de formação que parte do nó da questão: o Conhecimento.

Diante disso, constata-se que o profissional da educação ainda encontra-se em processo de construção, pois falta formação continuada e adequada para a maioria desses professores. Desse modo, nossos representantes deveriam investir e valorizar mais a formação continuada de docentes para atuar com alunos que apresentam necessidades especiais.

A formação dos professores, embasada na multidimensionalidade política, humana e técnica, tem aí um dos seus desafios: o entendimento do escolar enquanto histórico implica sua abordagem como um tempo que não simplesmente “è”, mas que “está sendo”, e, assim pode ser transformado, provocando outras práticas e estimulando outras relações que sejam construtoras de outra cultura escolar. (FETZNER, 2010. p, 86)

Isso posto, é notória a preponderância da formação inicial e continuada dos professores da sala de recurso multifuncional para o ensino inclusivo, tendo em vista a importância disso para a evolução educacional. Além disso, vale salientarmos que a escola verdadeiramente inclusiva educa seus alunos na rede regular de ensino, proporcionando programas educacionais apropriados dentro dos currículos escolares.

A cada novo dia, o desafio de incorporar a inclusão de alunos com necessidades especiais na sala regular é crescente, visto que estamos nos deparando com o novo e com os avanços, por isso, todos envolvidos com a educação devem se aprofundar e buscar inovação, melhorando, assim, a educação brasileira.

Com o intuito de seguir uma educação inclusiva foi proposto e implantando em muitos municípios a sala de recursos multifuncional, que tem por objetivo implantar o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Isto diz respeito a um serviço da educação especial que

identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

A implantação de salas de recursos multifuncionais em escolas públicas de educação básica refere-se à doação, pelo Ministério da Educação, de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade destinados a atender as especificidades educacionais de estudantes com deficiência. As salas de recursos multifuncionais apoiam o desenvolvimento do AEE de forma complementar ou suplementar à escolarização desses estudantes. Sendo assim:

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. São atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008. (ROPOLI, 2010,p. 17)

Diante disso, fica explícito que esse atendimento especial busca a autonomia das crianças especiais, sendo esse um dos objetivos pertencentes ao Projeto Político Pedagógico da escola pública.

Nessa perspectiva, tendo como base os documentos do Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, que defende que os alunos aprendam e participem sem nenhum tipo de discriminação.

Desta feita, após essas explanações acerca da educação inclusiva, sobre a preponderância da formação continuada dos profissionais da educação e a respeito da sala de recursos multifuncionais, nos deteremos a partir do próximo tópico, a aprofundar sobre as políticas educacionais na perspectiva da inclusão escolar.

2AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

O estudo realizado aborda uma temática bastante pertinente para os dias atuais, visto que muito se discute sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no cenário educacional. Além disso, a partir desse estudo podemos analisar como é o trabalho feito na sala multifuncional e sala regular, e se o mesmo condiz com as nossa política educacional.

Diante dessa relevância, destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996. A mesma estabelece leis e diretrizes que atendem a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Além de outras modalidades do ensino, como a educação especial, indígena, no campo e ensino a distância.

A Lei nº4.024/61, pertencente a LDB, aponta o direito dos ‘excepcionais’ à educação, preferencialmente, dentro do sistema geral de ensino. Então, em 1961, passou a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais.

A Lei nº5.692/71, por sua vez, altera a LDBEN de 61, tendo em vista que afirma que o tratamento especial para alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados” (BRASIL, 1971), não se dá apenas no sistema regular de ensino, como também em classes especiais, de acordo com o documento elaborado em Junho de 2007, intitulado de Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Secretaria de Educação Especial)

Ademais, ainda temos o Decreto nº5.296/04, que regulamenta as leis nº10.048/00 e nº10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A primeira dessas leis dá prioridade ao atendimento às pessoas com necessidades específicas e a segunda estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Desse modo, a partir desses regulamentos, Ropoli (2010, p.18) afirma que:

Ao se articular com a escola comum, na perspectiva da inclusão, a Educação Especial muda seu rumo, refazendo caminhos que foram abertos tempos atrás, quando se propunha a substituir a escola comum para alguns alunos que não correspondiam às exigências do ensino regular. A mudança de rumos implica uma articulação de propósitos entre a escola comum e a Educação Especial, ao contrario do que acontece quando tanto a escola comum como a especial constituem escolas dos diferentes, dividindo os alunos em normais e especiais e estabelecendo uma cisão entre grupos, que se isolam em ambientes educacionais excludentes.

Por esse ângulo, os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais um currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades. Contudo, se a escola não oferece esse atendimento pedagógico na sala regular, visando melhorias na aprendizagem desse aluno, ocorrerá a exclusão escolar, visto que os alunos não serão tratados e acolhidos como a

lei estabelece. Portanto, cabe à escola cumprir com seu dever de inserir o aluno especial dentro do princípio que rege a educação inclusiva, onde todos devem aprender igualmente e serem adentrados na nossa sociedade, sempre levando em consideração suas dificuldades e diferenças em classes heterogêneas.

Diante do exposto, afirmamos que as políticas educacionais são preponderantes, uma vez que, dentro de uma perspectiva inclusiva, torna-se um movimento mundial político e cultural em prol da inclusão e dos direitos dos alunos necessitados de uma educação especial.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades do sistema educacional brasileiro.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiências teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant_ IBC, e o Instituto dos Mudos Surdos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - Ines, ambos no Rio de Janeiro. No início do século xx é fundado o Instituto Pestalozzi – 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.(BRASIL, s/a, p.2)

Com isso, podemos afirmar a importância das políticas educacionais, tendo em vista que as mesmas impõem leis que defendem aqueles que necessitam de uma educação diferenciada, fazendo com que eles aprendam e sejam inseridos na sociedade como os demais.

Consideramos relevante afirmar que falar sobre essa temática não é algo simples, visto que esse tema nos remete logo a pensar sobre a educação inclusiva, questão complexa e que gera discussões nos dias atuais, como dito no tópico anterior. Além de que, sabemos que trabalhar com a diversidade e a igualdade de oportunidades não é tão simples como está no papel, pois muitas vezes os documentos afirmam algo e na prática acontece de modo distinto.

A partir disso, é preciso que nossos governantes repensem sobre o rumo da nossa educação, em particular, a educação especial, pois um país heterogêneo como o nosso, composto de diferentes sujeitos, deve respeitar as necessidades específicas de cada um. Por isso, devem ser criadas leis menos gerais, ou seja, leis que reconheçam a realidade de cada indivíduo, e, por isso, não devem ser pensadas de forma abstrata.

Então, como dito no início desse tópico, a presente pesquisa busca verificar se de fato a escola pública está fazendo o devido uso da sala de recurso multifuncional e se está havendo inclusão nas salas regulares, onde por direito o aluno com necessidades especiais

estará tendo a devida assistência, como estabelecida pela lei. Contudo, sabemos que muitas escolas não estão preparadas para que haja interação entre a sala de recursos e a sala regular.

A escola que diz adotar uma educação inclusiva deveria ter como norte o questionamento sobre a reconstrução das práticas pedagógicas, pois muitas de nossas instituições públicas atuais têm ocasionado à exclusão dos alunos especiais. A escola comum inclusiva é aquela que reconhece as diferenças, tendo em vista que se faz necessário uma mudança política no coletivo da escola, começando, assim, por transformações no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, sendo este um instrumento para melhor desenvolver o plano de trabalho da instituição.

Assim, segundo a coleção “Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar – A escola Comum Inclusiva”

A exigência legal do PPP está expressa na LDBEN- Lei Nº. 9.394/96 que, em seu artigo 12, define, entre as atribuições de uma escola, a tarefa de “[...] elaborar e executar sua proposta pedagógica”, deixando claro que precisa fundamentalmente saber o que quer e colocar em execução esse querer, não ficando apenas nas promessas ou nas intenções expostas no papel. (BRASIL, 2010, p.11)

Entretanto, mesmo com o que é imposto pela lei, ainda se faz necessárias mudanças nas leis educacionais, que busque atender as crianças especiais do mesmo modo que os alunos atípicos. Nesse sentido, a escola atual precisa aprender a lidar com o novo, algo difícil para muitos, pois exige que se modifiquem as práticas pedagógicas.

Nessa perspectiva:

Haveria de passar mais uma década, ainda, até que, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) incorporasse a noção de que o sistema educacional deve estar centrado nos alunos, quaisquer que sejam as suas características. A Lei define a educação especial como educação escolar e reafirma o provimento preferencial na rede regular (at. 58), além de prescrever a oferta de serviços de apoio especializado na própria escola. Mantém o atendimento em classes, escolas ou serviços especializados “sempre que, em função de condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns”. Estabelece, também, que a oferta de educação especial deve ser iniciada durante a educação infantil (0-6 anos) (LAPLANE, 2006, p.703)

Além disso, no que se refere às políticas que tratam sobre a educação especial e inclusiva, a autora comenta que:

A Lei de 1996 estabelece, no seu artigo 59, que os sistemas de ensino devem se organizar para assegurar aos alunos com necessidades especiais “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades”. A Lei menciona a terminalidade específica ou a aceleração, segundo o caso, para os alunos que não atingirem o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental ou para os que o atingirem antes do previsto. Os sistemas de ensino devem oferecer aos alunos acesso a professores com especialização adequada para atendimento especializado e a professores capacitados para trabalhar na sua integração na rede regular. Deve ser oferecida, também, educação especial para o trabalho e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o ensino regular. No artigo 60, consta que os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios para caracterizar as instituições (privadas, sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial), que poderão receber apoio técnico e financeiro do poder público. Enfatiza, entretanto, que a alternativa preferencial será a de ampliar o atendimento na própria rede pública (LAPLANE, 2006, p.704)

Então, segundo Leite et al (2013):

Em 1996 entrou em vigor, na legislação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). Pela primeira vez numa lei nacional, a educação especial passa a ter um capítulo específico (capítulo V). Ao fazer uma análise dos artigos 58, 59 e 60 do capítulo mencionado, percebe-se que se o país cumprir integralmente as suas disposições, tornar-se-á referência num modelo de educação inclusiva (p 64).

Assim, vimos que mesmo estando descrito em leis, a inclusão escolar ainda é maquiada em muitos ambientes, em específico, nas nossas escolas. Desse modo, nós, como profissionais da educação, devemos propagar e lutar constantemente para que todos os especiais tenham acesso aos mesmos direitos que os alunos atípicos.

Antes de iniciarmos o relato de experiências acerca das observações na sala multifuncional e sala regular, com o intuito de unir as leis estudadas aqui com o que foi constatado na prática, comentaremos sobre os questionários aplicados com os profissionais da educação.

3 DADOS COLETADOS NO CAMPO DA PESQUISA

Para a efetivação da pesquisa aplicamos 3 (três) questionários (em anexo), com os professores que trabalham na sala de recursos multifuncional.

Para a obtenção das respostas dos objetivos desse trabalho, enfatizamos os seguintes aspectos: perfil das crianças; formação especializada; procedimento pedagógico; dificuldades

na inclusão dos alunos especiais; interação dos alunos atípicos com os especiais; condições pedagógicas e estruturais para o desenvolvimento das atividades; direitos e mudanças nas políticas educacionais na área dos educandos com necessidades especiais.

Com relação ao perfil das crianças especiais atendidas na sala de recursos multifuncional no município de Pocinhos-PB, os entrevistados 1, 2 e 3¹ relataram que são crianças ou jovens que apresentam algum tipo de deficiência ou transtorno comprovado em laudo com necessidade especial, temporária ou permanente em sua aprendizagem. Desse modo, para adentrar na sala de recursos multifuncional os responsáveis devem apresentar um laudo que confirme a necessidade.

Questionamos se os entrevistados passaram por alguma formação especializada e/ou continuada. Os profissionais da educação² e 3 afirmaram que sim, de início, por um processo de formação específica, direcionado a maioria das necessidades, e também a continuada, que persiste até os dias atuais. Já o professor 1 relatou que sua formação é em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o que permite um trabalho específico com surdos e D.A (deficientes auditivos) Nesse sentido, é necessário reafirmarmos a importância de profissionais preparados para atuarem na área com crianças especiais, tendo em vista que somos educadores e precisamos nos adaptar ao “novo”, além de incluir os alunos aos demais.

Quanto ao aspecto que diz respeito aos procedimentos pedagógicos, o entrevistado 3 diz que o mesmo é realizado para a transformação da escola, para a inovação e reestruturação da prática pedagógica, sem distinção. Já o entrevistado 2 especifica que são desenvolvidas diversas atividades que atendem as necessidades específicas de cada aluno. E, por último, o profissional¹ ressalta que as atividades desenvolvidas no caso dos surdos e D.A, procuram ajuda no desenvolvimento da comunicação, através da LIBRAS e do português escrito.

Em seguida, indagamos sobre as dificuldades encontradas por esses educadores para realizar o processo de inclusão escolar e, se, a partir das atividades realizadas os alunos especiais conseguem ser incluídos na escola. O entrevistado³ afirma que falta uma equipe multidisciplinar, como psicólogos, fonoaudiólogos, assistente social, fisioterapeuta, psiquiatra e neurologista, para que haja um melhor desenvolvimento na aprendizagem. O entrevistado² e 3 compactua que a maior dificuldade estão nos professores da sala regular, devido a não aceitação da inclusão dentro da escola, além de não mostrar disponibilidade e interesse em adaptar suas metodologias.

¹ Para resguardar os entrevistados, utilizei as denominações: entrevistado 1, entrevistado 2 e entrevistado 3.

Assim, observamos que embora as leis afirmem que deve haver inclusão dos alunos especiais com os alunos atípicos, na prática, ainda existe aqueles que nada fazem para mudar essa realidade, ou não, se interessam para tal, mesmo estando em lei. O que falta são profissionais capacitados, que atuem na totalidade, além de outros pontos, como formação continuada, valorização da carreira docente, entre outros.

Quando questionados se há interação entre os alunos especiais e alunos atípicos, todos os entrevistados responderam que a mesma acontece. “Os alunos especiais têm sido bem acolhidos e auxiliados nas tarefas, jogos e brincadeiras pelos alunos da sala regular.” (entrevistado 3) Então, isso é algo positivo, pois ao interagirem, ambos estão aprendendo.

Em relação às condições pedagógicas e estruturais das escolas do município investigado voltados para os alunos especiais, todos os profissionais constataram que esses aspectos são insuficientes ou inexistentes. Segundo o entrevistado 2 “a escola ainda necessita de mudanças, seja no prédio e na acessibilidade, igualmente, no auxílio dos professores e em atividades adaptadas para os alunos.”(entrevistado 2). Ademais, afirmam que mesmo que as escolas tenham dado avanços com o AEE, as questões pedagógicas e estruturais devem ser re(pensadas)

Assim, é notório o quanto as escolas do município de Pocinhos-PB devem ser vistas, seja na parte da estrutura física, em ser adaptada para os alunos especiais realizarem as atividades, seja no pedagógico, visto que o currículo precisa ser harmonioso, de modo que inclua todos.

Por fim, não menos importante, questionamos acerca das políticas educacionais, isto é, se a escola segue as leis impostas no que diz respeito aos direitos dos educandos com necessidades especiais e sobre a educação inclusiva. O entrevistado 1 afirma que “dentro da realidade local a escola tem tentado assegurar os direitos da pessoa com deficiência.”(Entrevistado 1) Entretanto, no que diz respeito a educação inclusiva, o mesmo entrevistado coloca que a realidade da educação inclusiva é muito tímida, pois a escola acolhe as crianças, porém, não apresenta materiais adequados, profissionais capacitados e estrutura física.

Já segundo o entrevistado 2, “algumas leis são escritas, mas não são cumpridas, sendo que é um direito dos alunos.”(Entrevistado 2) Quando questionado a respeito se a escola segue as leis impostas que defendem uma educação inclusiva, o mesmo destacou que houve uma mudança significativa dos alunos matriculados na rede regular de ensino, entretanto, “o sistema precisa melhorar e muito para uma efetiva e verdadeira inclusão.”(Entrevistado 2)

O entrevistado 3, por sua vez, afirma que algumas das escolas necessitam de adaptações para melhor atender os alunos que chegam às escolas. Ademais, ressalta que “as mudanças ainda estão muito escassas, necessitando de mais respeito com a pessoa com deficiência.”(Entrevistado 3)

Assim sendo, percebemos que nas escolas do município estudado, muito se cresceu, todavia, existem vários aspectos que devem ser modificados, sobretudo, a inclusão dos alunos especiais nas salas regulares, tendo em vista que há receio por parte dos professores em adaptar as aulas. Além de que, temos também a estrutura física das escolas, que precisa ser melhorada para receber esses alunos.

Após o exposto, discutiremos no tópico a seguir, as vivências na sala multifuncional e sala regular, a fim de unir as leis estudadas nesse trabalho e as entrevistas com o que foi constatado na prática.

4 VIVÊNCIAS NA SALA MULTIFUNCIONALE SALA REGULAR

4.1 Aspectos e dados de identificação da sala de recurso multifuncional

A sala de recurso multifuncional funciona em horários alternados ao funcionamento das aulas, ou seja, é feita uma programação bem dividida para cada um. Os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionaisno horário contrário da aula regular, sendo de 4 horas semanais, integral ou dividido em dois dias de 2 horas.

Um dos critérios para ser inserido na sala multifuncional é está frequentando na sala regular. O primeiro passo é realizado através de um mapeamento em todas as escolas do município. Em seguida,organizam-se os horários e os alunos especiais são distribuídos em três escolas que funcionem salas de recursos, e, e escolas próximas a sua casa.

A função do professor da sala de recurso multifuncional é atender o aluno, confeccionar material e dá suporte pedagógico ao professor da sala regular. Os profissionais são 4, sendo três professoras que intercalam as três salas de recurso multifuncional do município de Pocinhos-PB, e o professor de LIBRAS que atende todos os alunos surdos, em dias e horários diversificados.

Quanto aos profissionais que atuam na sala de recurso multifuncional, estes afirmam que passaram por um processo de formação especializada. Assim, atendem alunos com necessidades diversas, como: Física (DF), Intelectual (DI), Deficiência Múltipla (DN),

Deficiência visual cegueira (DV), Baixa Visão (BV), Transtornos, Altíssimo, Síndrome Down, Síndrome de Williams, Síndrome de Hells, e, cada aluno é atendido de forma individual, sendo no máximo dois alunos por horários, nos dias de segunda-feira a quinta-feira.

Todas as sextas feiras acontece planejamento e formação com a coordenadora da sala (AEE) e com os professores. Reuniões essas que buscam a interação e a troca de ensino e aprendizagem, com o intuito de dá suporte para os professores da sala regular, permitindo que eles conheçam o seu aluno e saibam explorar com precisão a parte pedagógica. Além de que, segundo o que observamos, as reuniões buscam sensibilizar esses profissionais, para que eles compreendam o aluno especial, como um ser que pode ser inserido aos demais, e não tratá-lo de forma excludente. Ademais, os docentes são orientados a planejarem suas aulas não apenas para os alunos atípicos, mas para todos que ali fazem parte, inclusive para os alunos necessitados de uma educação especializada. Sendo assim, como bem coloca Silva & Chaffin (2010)

Os professores de Sala de Recursos e de sala inclusiva têm autonomia para desenvolver seu trabalho, mas isso não significa fazer sozinho. Não devem deixar de lado o diálogo e o planejamento coletivo. A flexibilidade curricular pretendida conta, para existir, com o conhecimento de cada um dos profissionais envolvidos com a criança, a comunidade, a escola. (p.165)

De modo geral, a sala de recurso multifuncional das escolas desempenha o seu papel perante o que está objetivado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da sala de Recurso e da escola como um todo. Além de que, disponibilizam uma sala ampla, com diversos materiais pedagógicos e de acessibilidade ao aluno, produzidos pelos docentes, adquiridos com as verbas destinadas ao programa. A realidade do município condiz com o que Dias et al(2007, p.109) afirma “ a sala de recurso deve ser um ambiente utilizado para atividades de ensino, avaliação e demonstração de aprendizagem ou mesmo complementação curricular específica.”

No que diz respeito à parte pedagógica, observamos que é bem elaborada, composta de caderno de comunicação e cadernetas diferenciadas. A avaliação é realizada por meio de relatórios e os planos de aulas são individualizados.

Um fator que consideramos relevante é que a sala de recurso multifuncional realiza um trabalho de inclusão com as turmas regulares, no qual o professor de LIBRAS insere a Língua Brasileira de Sinais para os que possuem necessidades especiais auditivas e os demais

alunos, com o intuito de melhorar a qualidade de ensino, provocando, assim, a interação entre os alunos atípicos, professores e alunos surdos.

Ademais, constatamos que todos os educadores que trabalham na sala de recurso multifuncional estão preparados para atender cada aluno, principalmente no que se refere à promoção da independência, explorando cada um de acordo com suas limitações. Os métodos pedagógicos trabalhados têm muito a acrescentar na vida do alunado, pois trabalham com diversos materiais adaptados e específicos para cada necessidade.

Percebemos ainda, que o profissional que atua na sala de recursos multifuncional desempenha um trabalho com um olhar diferenciado, humanizado, no qual percebe que o aluno que está sendo assistido pelo AEE é capaz de desenvolver habilidades, apesar de suas limitações. A partir dessa visão, o aluno pode ser inserido na escola e dentro da sociedade como os demais.

Desta feita, consideramos esses dados relevantes para discutirmos o próximo tópico, que trata sobre as vivências na sala de recurso multifuncional e na sala regular. Nele, discutimos sobre a realidade observada e o que acontece na prática, no que diz respeito às políticas educacionais.

4.2 Vivências na sala de recurso multifuncional e na sala regular: relação entre as políticas educacionais sobre inclusão e a realidade observada

Após refletirmos sobre as políticas educacionais na área de educação, percebemos o quanto se faz necessário que nós educadores busquemos nos adaptar ao currículo da escola atual, considerando que nos dias de hoje, a inclusão é uma realidade que desafia. Dessa forma, a partir de agora discutiremos mais a fundo sobre a relação entre as políticas educacionais estabelecidas e a realidade da escola pública de Pocinhos-PB. Além do mais, discorreremos de modo geral sobre as nossas percepções nas observações na sala regular e multifuncional, enfatizando distintos aspectos.

Então, para iniciarmos a discussão acerca do que foi vivido na sala de recursos multifuncionais levamos em consideração a observação e a aplicação de questionários com os profissionais da educação que trabalham nesse atendimento especial.

Dessa forma, após termos observado a vivência na cidade de Pocinhos-PB, e a sala de recursos multifuncionais, percebemos o trabalho dedicado que os profissionais realizam no Atendimento Educacional Especializado, pois, além de buscarem inserir os alunos especiais

no ambiente escolar e na sociedade como um todo, lhes possibilitam independência e capacidade para desenvolverem suas coordenações motoras e psíquicas de acordo com as necessidades individuais de cada um. Sendo assim, o aluno especial está sendo inserido no meio social e favorecendo, ainda, o convívio com familiares, colegas e na comunidade no geral.

Nas salas regulares, por sua vez, encontramos algo já dito nesse trabalho, que é a deficiência e o despreparo do professor no que diz respeito a inclusão do aluno com necessidades especiais. Esse aluno é jogado dentro da sala de aula sem que haja nenhuma preparação dos profissionais que atuam nessas escolas, conforme observamos em várias aulas nas salas regulares de várias séries com diferentes classes e escolas.

Vale salientarmos que, atualmente, essas escolas estão desenvolvendo um trabalho de interação da sala de recurso com a regular, mas algo que ainda está em construção. No entanto, é notório que não estando o professor em condições para lidar como diferente, certamente, uma das consequências é a não aceitação do aluno especial. Por conseguinte, o aluno está presente na sala, contudo, sem uma assistência diferenciada, devido ao professor não saber pedagogicamente ajudá-lo no processo ensino aprendizagem. Para tanto, é preciso que o docente acredite ele é capaz de realizar as atividades educativas dentro de suas necessidades e limitações.

Observamos também que a convivência dos alunos atípicos com o aluno especial nas salas regulares é bastante aceitável, eles tentam ajudar e inserir o colega, tanto nas atividades como nas suas necessidades físicas. No entanto, ouvimos alunos que reclamaram que o aluno especial possui privilégios.

É válido ressaltarmos que no decorrer das nossas observações em sala é evidente a preocupação dos docentes, ao saber que estavam sendo observados. Na percepção deles, a tarefa de inseri-los no cotidiano das aulas não é simples, principalmente, o fato de ajudá-lo na evolução da aprendizagem. Entretanto, mesmo sem qualificação específica para cada aluno especial, tentavam fazer algo por eles.

Outro ponto que merece ser mencionado diz respeito à participação das famílias, que mesmo diante das dificuldades, tentam de alguma maneira a inserção dos seus filhos nas escolas. Por isso, destacamos a importância do acompanhamento dos que desejam que os alunos especiais criem independência e sejam incluídos, visto que:

O acompanhamento consiste no desenvolvimento de ações que visam ao progresso no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno, bem como a sua

melhor interação no espaço escolar. Ele visa à transformação, se necessário, dos esquemas de aprendizagem do aluno, bem como das práticas dos diferentes atores (professores e familiares) que atuam com esse aluno (GOMES et al, 2010, p.14)

É necessário destacarmos um fato que nos chamou atenção, isto é, de um aluno, em específico, que possui deficiência auditiva. Os professores não sabiam como comunicar-se com ele, porém, contaram com a ajuda de dois colegas que já conheciam LIBRAS, facilitando, assim, a convivência dentro da sala e, como auxiliar o discente nas atividades escolares.

É também de suma relevância enfatizar que o professor que atua na sala regular é uma vítima das ações governamentais, ou seja, visam implantar leis que seriam eficazes se, de fato, fossem implantadas. Leis essas que na prática proporcionasse condições para que os profissionais realizassem um bom trabalho de inclusão nas escolas públicas.

Nesse sentido, o aluno especial tem o direito por lei de ser inserido no cenário educacional, entretanto, para que as suas necessidades sejam atendidas é preciso que os profissionais da educação participem de cursos de formação continuada para este fim. Em razão desta ausência, vivemos uma inclusão maquiada, tendo em vista que não há uma educação inclusiva, como manda as leis. Nas palavras de Silva & Chaffin (2010, p.161)

A educação inclusiva confirma que, independentemente da deficiência, as crianças têm direito à cidadania. A ideia de deficiência não deve ser compreendida como algo incapacitante nem ser ignorada por uma visão pedagógica da indiferença. Procuramos pensar e trabalhar na perspectiva do sujeito com suas possibilidades e não na deficiência em si. (SILVA & CHAFFIN, 2010, p.161)

Dessa feita, é preciso haver respeito às diversidades dos alunos, investimentos nas estruturas físicas das escolas e um olhar humanizado para com o aluno especial, visando sua inserção na sociedade e aceitação do potencial a ser desenvolvido por cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto colocado nesse trabalho de conclusão de curso, re(afirmamos) que as políticas educacionais e as leis que visam à inclusão dos alunos especiais nas salas regulares das escolas públicas, não devem ficar apenas no papel, mas sim ser efetivadas na prática.

Como constatado na prática, muito se modificou acerca da inclusão dos alunos especiais na sala regular, apesar dos professores não estarem preparados para trabalharem com metodologias que atendam as necessidades específicas dos alunos especiais. Contudo, o caminho ainda será longo, visto que as estruturas físicas, o olhar de respeito e a formação específica para lidar com “o novo” ainda são precárias e precisam crescer significativamente.

Nesse sentido cabe ao professor utilizar a sala de recurso multifuncional com o intuito de sugerir atividades que concedam retirar obstáculos na aprendizagem e aprimorar o conhecimento dos alunos e sua inclusão no ensino regular. Dessa forma terá uma consequência positiva na atuação do aluno na sala comum.

Dessa forma, trabalhando em conjunto, docentes da sala de recursos multifuncional e regular, pensando no bem comum de todos os especiais, nossas escolas estarão de acordo com lei e seguindo a verdadeira política de inclusão nas escolas.

Sendo assim, a bandeira da educação inclusiva deve ser levantada por todas as redes de ensino, desde que siga os moldes da política educacional. Com isso, fica perceptível que o aluno especial deve adentrar e frequentar ativamente a rede regular de ensino, sendo ativo em todas as atividades e interagindo com os alunos atípicos.

Finalizamos, ressaltamos a relevância de haver fiscalizações nas escolas, visto que só a partir de ações como essa, a eficácia das políticas educacionais serão efetivadas.

ABSTRACT

This study presents a different look for Educational Policy, more specifically, how they concern the inclusion of students with special needs. These students need to be covered by the inclusion, having access to the same education and the same rights as atypical children. In this sense, whatever the need of the student is, he is entitled to receive the same knowledge and thereby acquire learning, which is performed according to the limitations of each student. From this perspective, the present study is mainly aimed to: investigating the use of multifunctional resource room and a regular room in the perspective of an inclusive policy as well the teacher's profile which is inserted in the multipurpose room and its commitment to education differentiated and individualized. To that end, we conducted a field observation in a

multifunctional room, seeking to reflect on the methodology and learning objectives used in the Educational Service Specialized (ESA), besides detecting the difficulties found by teachers and observing the advances in school inclusion. The results indicated that the work of the multi-purpose resource room is done in a satisfactory manner, with a view that teachers who work there try to develop the autonomy and the learning of special students. However, with regard to regular room, we can not affirm the same in view that there is prepared to receive these professors and students carry out the inclusion of special with atypical. We conclude that, from this reality, schools need to change this situation, since the laws state that the special students should be included as others in school and society as a whole, moreover, also participate in the construction of knowledge, which is done in a way that considers its peculiarities.

Keywords: Multifunctional Room. Educational policies. School inclusion.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando José de. Política pública de inclusão de minorias e maiorias. In: LODI, Ana Claudia B.; HARRISON, kathryn; CAMPOS, Sandra R.L. de, TESKE, Ottmar. **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva>. Acesso em: 18 de novembro de 2015.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para Educação Básica Especial da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB**, in, **Diário Oficial** da União, Seção 1, de 23 de dezembro de 1996. Brasília: Distrito Federal.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.
- DIAS, Ver Lucia; SILVA, Valeria de Assumpção; BRAUN, Patricia. A inclusão do aluno com deficiência auditiva na classe regular: reflexões sobre a prática pedagógica. In: GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.
- FETZZNER, Rosana Andrea. A cultura e a instituição de novas práticas escolares: desafios para a formação de professoras (es). In: BRUZZI, Leila Nívea; DOMINICK, Rejany dos S. **Ciclos e formação de professores**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.
- GOMES, Adriana Leite Lima Verde; POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **A educação inclusiva especial na perspectiva da inclusão escolar: O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- LAPLANE, Adriana. **Uma Análise das Condições para a Implementação de Políticas de Educação Inclusiva no Brasil e na Inglaterra**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n96/a04v2796.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2015.
- LEITE, Lucia Pereira; BORELLI, Laura Moreira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. **Currículo e Deficiência: Análise de Publicações Brasileiras no Cenário da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n1/a05v29n1.pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2015.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- ROPOLLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Tereza Egler; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira da; MACHADO, Rosângela. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

ANEXOS



Universidade Estadual da Paraíba
Departamento de Educação
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Curso: Pedagogia
Orientador: Dr. Eduardo Gomes Onofre
Aluna: Marly de Souza Sizernando

QUESTIONÁRIO

1. Qual o perfil das crianças atendidas na sala de Recurso Multifuncional?

2. Você, como profissional da sala (AEE), passou por algum processo de formação especializada e/ou continuada?

3. Como é realizado o procedimento pedagógico com crianças especiais?

4. Quais as maiores dificuldades encontradas por você para realizar o processo de inclusão escolar?

5. Em sua opinião, a partir das atividades utilizadas por você, os alunos especiais conseguem ser incluídos na escola como os demais alunos? Explique como isso acontece

6. Há interação entre alunos especiais e alunos atípicos? Se sim, em que momento isso acontece?

7. A escola proporciona condições pedagógicas e estruturais para o desenvolvimento das atividades com os alunos especiais? Caso a resposta seja positiva, cite alguns exemplos. Caso seja negativa, aponte quais os recursos pedagógicos e estruturais que são escassos.

8. Para você, a escola segue as leis impostas por nossas políticas educacionais, no que se refere aos direitos dos educandos com necessidades especiais? Caso queira, comente um pouco sobre essa questão.

9. No cenário atual educacional, você tem percebido mudanças nas escolas com relação ao que as políticas públicas impõem sobre a Educação Inclusiva?
